

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	7
--------------------------------	---

Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020	8
---	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	57
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	58
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	59
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	24
Preferenciais	0
Total	24
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	10.252.375	10.216.065
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.044	7.774
1.01.01	Caixa	9.044	7.774
1.02	Ativos Financeiros	9.174.649	9.136.860
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	9.174.649	9.136.860
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.336	1.330
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	6.742.802	6.712.994
1.02.04.06	Operações de Arrendamento	2.493.235	2.487.332
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-62.724	-64.796
1.03	Tributos	205.488	204.112
1.03.03	Outros	205.488	204.112
1.03.03.01	Créditos Tributários	205.488	204.112
1.04	Outros Ativos	819.374	823.528
1.04.03	Outros	819.374	823.528
1.05	Investimentos	40.743	40.710
1.05.01	Participações em Coligadas	40.647	40.614
1.05.05	Outros Investimentos	96	96
1.06	Imobilizado	3.077	3.081
1.06.01	Imobilizado de Uso	25.444	25.444
1.06.03	Depreciação Acumulada	-22.367	-22.363

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	10.252.375	10.216.065
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	6.211.571	6.181.807
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	6.211.571	6.181.807
2.02.03.01	Recursos de Instituições Financeiras - FINAME	174	263
2.02.03.02	Recursos de Debêntures	6.211.397	6.181.544
2.03	Provisões	167.193	164.751
2.03.01	Provisões para Contingências	167.193	164.751
2.04	Passivos Fiscais	288.592	286.130
2.04.01	Impostos Diferidos	288.592	286.130
2.05	Outros Passivos	101.851	110.348
2.07	Patrimônio Líquido	3.483.168	3.473.029
2.07.01	Capital Social Realizado	2.312.267	2.312.267
2.07.04	Reservas de Lucros	1.170.988	1.160.851
2.07.04.01	Reserva Legal	294.321	293.657
2.07.04.02	Reserva Estatutária	876.667	867.194
2.07.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-87	-89

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	296.311	345.328
3.01.01	Operações de Crédito	2.600	12.041
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	268.721	310.971
3.01.03	Resultado de Oper.com Títs e Vlrs Mobiliários	24.990	22.316
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-260.400	-310.214
3.02.01	Operações de Captações no Mercado	-34.573	-65.680
3.02.02	Operações de empréstimos e Repasses	-3	-14
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-227.203	-254.054
3.02.04	Reversão /(Provisão) p/Crédito de Liq. Duvidosa	1.379	9.534
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	35.911	35.114
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-13.834	-12.864
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-3.029	-3.881
3.04.05	Despesas Tributárias	-9.333	-9.582
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	5.903	16.626
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-7.502	-16.295
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	127	268
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	22.077	22.250
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.782	-8.799
3.06.01	Corrente	-7.695	-1.488
3.06.02	Diferido	-1.087	-7.311
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	13.295	13.451
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	13.295	13.451
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	563	570
3.99.01	Lucro Básico por Ação	563	570
3.99.01.01	ON	563	570

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	13.295	13.451
4.03	Participação em Resultados Abrangentes de Invest. Avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial	2	-1.867
4.03.02	Valores que não serão Reclassificados para o Resultado	2	-1.867
4.03.02.01	Ajustes de avaliação patrimonial	2	-1.867
4.04	Resultado Abrangente do Período	13.297	11.584

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-28.583	-58.399
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	239.498	220.825
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	22.077	22.250
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	217.421	198.575
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-268.081	-279.224
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Aplic.Interfin. de Liquidez	-6	-13
6.01.02.02	(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	-29.808	240.432
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	-8.505	-10.484
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em Outros Ativos	1.258	-232.430
6.01.02.06	(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	-231.447	-299.538
6.01.02.08	Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	-89	-143
6.01.02.09	Aumento/(Redução) em Outros Passivos	17.317	25.600
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-16.801	-2.648
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.853	61.053
6.03.01	Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	29.853	61.053
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.270	2.654
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.774	3.446
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.044	6.100

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.267	0	1.160.851	-89	0	0	3.473.029
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.267	0	1.160.851	-89	0	0	3.473.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-3.158	0	-3.158
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-3.158	0	-3.158
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2	13.295	0	13.297
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	13.295	0	13.295
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2	0	0	2
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas e Controladas	0	0	0	2	0	0	2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.137	0	-10.137	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.137	0	-10.137	0	0
5.07	Saldos Finais	2.312.267	0	1.170.988	-87	0	0	3.483.168

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.312.267	0	1.090.663	0	0	0	3.402.930
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.312.267	0	1.090.663	0	0	0	3.402.930
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	-3.195	0	-3.195
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-3.195	0	-3.195
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.867	13.451	0	11.584
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	13.451	0	13.451
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.867	0	0	-1.867
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas e Controladas	0	0	0	-1.867	0	0	-1.867
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.256	0	-10.256	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.256	0	-10.256	0	0
5.07	Saldos Finais	2.312.267	0	1.100.919	-1.867	0	0	3.411.319

Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 31/03/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 31/03/2020
7.01	Receitas	296.091	355.193
7.01.01	Intermediação Financeira	296.311	345.328
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	1.379	9.534
7.01.04	Outras	-1.599	331
7.01.04.01	Resultado de Outras Despesas/Receitas	-1.599	331
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-261.779	-319.748
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.025	-3.876
7.03.04	Outros	-3.025	-3.876
7.03.04.01	Jurídicas Processuais	-1.854	-1.560
7.03.04.02	Serviços Técnicos Especializados	-562	-1.456
7.03.04.04	Serviços do Sistema Financeiro	-203	-221
7.03.04.05	Propaganda, Promoções e Publicidade	-180	-317
7.03.04.07	Serviços de Terceiros	-72	-204
7.03.04.08	Processamento de Dados	-82	-57
7.03.04.09	Outras	-72	-61
7.04	Valor Adicionado Bruto	31.287	31.569
7.05	Retenções	-4	-5
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4	-5
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	31.283	31.564
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	127	268
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	127	268
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.410	31.832
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	31.410	31.832
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.115	18.381
7.09.02.01	Federais	10.445	10.274
7.09.02.03	Municipais	7.670	8.107
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	13.295	13.451
7.09.04.02	Dividendos	3.158	3.195
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.137	10.256

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) relativas ao período findo em 31 de março de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do período findo em 31 de março de 2021, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 13 milhões, correspondendo a R\$ 563,72 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.483 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 1,54% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição possui participação societária na empresa Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 31 de março de 2021, o total de Ativos somava R\$ 10.252 milhões, destacando-se R\$ 6.743 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 2.493 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 6.211 milhões de Debêntures e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado das operações de arrendamento mercantil representava R\$ 1.162 milhões. A Instituição possuía 5.692.374.984 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 139.755 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança.

Osasco, SP, 04 de maio de 2021.

Diretoria

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Individuais

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil



1º TRI | 2021



Notas Explicativas
Balço Patrimonial – Em Reais mil

	Nota	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Ativo			
Disponibilidades	04	9.044	7.774
Instrumentos Financeiros		6.744.138	6.714.324
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	1.336	1.330
- Títulos e valores mobiliários	06	6.742.802	6.712.994
Operações de Arrendamento Mercantil	07	2.493.235	2.487.332
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	07	(62.724)	(64.796)
- Operações de arrendamento mercantil		(62.724)	(64.796)
Créditos Tributários	21	205.488	204.112
Investimentos em Coligadas	08	40.743	40.614
Imobilizado de Uso	09	25.444	25.444
Depreciações e Amortizações	09	(22.367)	(22.363)
- Imobilizado do Uso		(22.367)	(22.363)
Outros Ativos	10	819.374	823.624
Total do Ativo		10.252.375	10.216.065

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas**Balanço Patrimonial – Em Reais mil**

	Nota	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Passivo			
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		6.211.571	6.181.807
- Recursos de instituições financeiras	11a	174	263
- Recursos de emissão de títulos	11b	6.211.397	6.181.544
Provisões		167.193	164.751
- Provisões para Contingências	12	167.193	164.751
Impostos Diferidos		288.592	286.130
Outros Passivos	13	101.851	110.348
Total do Passivo		6.769.207	6.743.036
Patrimônio Líquido	14		
- Capital Social		2.312.267	2.312.267
- Reservas de Lucros		1.170.988	1.160.851
- Ajuste de Avaliação Patrimonial		(87)	(89)
Total do Patrimônio Líquido		3.483.168	3.473.029
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		10.252.375	10.216.065

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado – Em Reais mil

	Nota	Acumulado em 31 de março	
		2021	2020
Receitas da Intermediação Financeira		296.311	345.328
- Operações de Crédito	07j	2.600	12.041
- Operações de Arrendamento Mercantil	07i	268.721	310.971
- Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	06c	24.990	22.316
Despesas da Intermediação Financeira		(261.779)	(319.748)
- Operações de Captações no Mercado	11c	(34.573)	(65.680)
- Operações de Empréstimos e Repasses	11a	(3)	(14)
- Operações de Arrendamento Mercantil	07i	(227.203)	(254.054)
Resultado da Intermediação Financeira		34.532	25.580
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.379	9.534
- Operações de arrendamento mercantil	07	1.379	9.534
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		35.911	35.114
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(13.338)	(8.378)
- Outras Despesas Administrativas	15	(3.029)	(3.881)
- Despesas Tributárias	16	(9.333)	(9.582)
- Resultado de Participações em Coligadas	08	127	268
- Outras Receitas Operacionais	17	4.833	8.168
- Outras Despesas Operacionais	18	(986)	(422)
- Reversões/(Despesas) de Provisões		(4.950)	(2.929)
- Fiscais	12	(101)	(240)
- Cíveis	12	(4.849)	(2.689)
Resultado Operacional		22.573	26.736
Resultado Não Operacional	19	(496)	(4.486)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		22.077	22.250
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	(8.782)	(8.799)
Lucro Líquido		13.295	13.451
Lucro por ação em R\$		563,72	570,32

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas**Demonstração do Resultado Abrangente – Em Reais mil**

	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Lucro líquido do período	13.295	13.451
Outros resultados abrangentes	2	(1.867)
Ajustes de avaliação patrimonial	2	(1.867)
Resultado abrangente do período	13.297	11.584

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil**

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.312.267	289.054	801.609	-	-	3.402.930
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.867)	-	(1.867)
Lucro Líquido	-	-	-	-	13.451	13.451
Destinações:						
- Reservas	-	672	9.584	-	(10.256)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(3.195)	(3.195)
Saldos em 31 de março de 2020	2.312.267	289.726	811.193	(1.867)	-	3.411.319
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.312.267	293.657	867.194	(89)	-	3.473.029
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2	-	2
Lucro Líquido	-	-	-	-	13.295	13.295
Destinações:						
- Reservas	-	664	9.473	-	(10.137)	-
- Dividendos Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	(3.158)	(3.158)
Saldos em 31 de março de 2021	2.312.267	294.321	876.667	(87)	-	3.483.168

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Demonstração do Valor Adicionado – Em Reais mil

Descrição	Acumulado em 31 de março			
	2021	%	2020	%
1 – Receitas	296.091	942,7	355.193	1.115,8
1.1) Intermediação Financeira	296.311	943,4	345.328	1.084,8
1.2) Reversão/(Provisão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.379	4,4	9.534	30,0
1.3) Outras	(1.599)	(5,1)	331	1,0
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(261.779)	(833,4)	(319.748)	(1.004,5)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.025)	(9,6)	(3.876)	(12,2)
Jurídicas processuais	(1.854)	(5,9)	(1.560)	(4,9)
Serviços Técnicos Especializados	(562)	(1,8)	(1.456)	(4,6)
Serviços do Sistema Financeiro	(203)	(0,6)	(221)	(0,7)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(180)	(0,6)	(317)	(1,0)
Processamento de Dados	(82)	(0,3)	(57)	(0,2)
Serviços de Terceiros	(72)	(0,2)	(204)	(0,6)
Outras	(72)	(0,2)	(61)	(0,2)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	31.287	99,6	31.569	99,2
5 – Depreciação e Amortização	(4)	-	(5)	-
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	31.283	99,6	31.564	99,2
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	127	0,4	268	0,8
Resultado de Participações em Coligadas	127	0,4	268	0,8
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	31.410	100,0	31.832	100,0
9 – Distribuir Valor Adicionado	31.410	100,0	31.832	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	18.115	57,7	18.381	57,8
Federais	10.445	33,3	10.274	32,3
Municipais	7.670	24,4	8.107	25,5
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	13.295	42,3	13.451	42,2
Dividendos Pagos e/ou Provisionados	3.158	10,1	3.195	10,0
Lucros Retidos	10.137	32,2	10.256	32,2

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Em Reais mil

	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	22.077	22.250
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	217.421	198.570
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.379)	(9.534)
Depreciação e Amortização	217.921	243.952
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis e Fiscais	4.950	2.929
Resultado de Participações em Coligadas	(127)	(268)
Superveniência/(Insuficiência) de Depreciação	(5.403)	(50.359)
Provisão para Desvalorização de outros valores e bens	529	4.620
Outros	930	7.230
Lucro Líquido antes dos Impostos	239.498	220.820
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(6)	(13)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação	(29.808)	240.432
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(8.505)	(10.484)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	1.258	(232.430)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(231.447)	(299.538)
Aumento/(Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	(89)	(143)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos	17.317	25.600
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(16.801)	(2.648)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(28.583)	(58.399)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	29.853	61.053
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	29.853	61.053
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.270	2.654
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	7.774	3.446
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	9.044	6.100
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.270	2.654

Notas Explicativas

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição) tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Adicionalmente as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Resolução BCB nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações contábeis da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis e fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de maio de 2021.

Notas Explicativas

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes aos períodos futuros são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) Instrumentos financeiros

i. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 5.

Notas Explicativas

ii. Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, baseia-se geralmente, em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 6.

e) Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme seguem:

i. Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente (Nota 7b).

ii. Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG)

São registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas (Nota 7b).

Notas Explicativas

O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações – Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual (Nota 7b).

iii. Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20% (Nota 7k).

iv. Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7k).

v. Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens “ii” a “iv” acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente, no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7k).

f) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso (conforme descrito na tabela abaixo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

Notas Explicativas

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data da renegociação.

Conforme permitido pela Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 poderão ser mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

As renegociações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e características das garantias.

As modalidades, valores, prazos, níveis de risco, concentração, setor da atividade econômica, renegociação e receitas das operações de arrendamento mercantil, bem como a composição das despesas e das contas patrimoniais da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão apresentados na Nota 7.

Notas Explicativas

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Impostos Diferidos", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15 e retornou à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não ativados, estão apresentados na Nota 21.

h) Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas

Os investimentos em empresas coligadas e de controle compartilhado, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das empresas coligadas está apresentada na Nota 8.

i) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso – 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos – 10% ao ano; sistema de transportes – 10% a 20% ao ano; e sistemas

Notas Explicativas

de processamento de dados – de 20% a 40% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentados na Nota 9.

j) Outros ativos

Em outros ativos estão classificados os tributos a compensar referente a crédito de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e antecipações não compensadas no próprio exercício.

Também estão classificadas nesse grupo as despesas antecipadas que representam as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestações de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando não são mais esperados benefícios futuros.

Os Bens Não de Uso são aqueles recebidos em dação em pagamento e aqueles que eram de uso e foram desativados, destinados à venda. Estão registrados pelo menor valor entre o valor de mercado e o valor contábil e ajustados por meio de provisão, quando aplicável.

A composição dos Outros Ativos está apresentada na Nota 10.

k) Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Notas Explicativas

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

l) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição das operações está apresentada na Nota 11.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de debêntures, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente, as composições dos respectivos saldos dessas captações estão sendo apresentadas na Nota 11.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, pela Deliberação da CVM nº 594/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Notas Explicativas

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 12.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 23 e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 23.

Notas Explicativas

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Disponibilidades em moeda nacional	9.044	7.774
Total de caixa e equivalentes de caixa	9.044	7.774

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	R\$ mil		
	Acima de 360 dias	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.336	1.336	1.330
Total em 31 de março de 2021	1.336	1.336	
%	100,0	100,0	
Total em 31 de dezembro 2020	1.330		1.330
%	100,0		100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	6	14
Total (Nota 6b)	6	14

Notas Explicativas
6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	R\$ mil							
	Em 31 de março de 2021						Em 31 de dezembro de 2020	
	1 a 30 dias	31 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação	6.716.922	3.965	21.915	6.742.802	6.742.854	(52)	6.712.994	-
Letras financeiras do tesouro	-	3.965	21.915	25.880	25.932	(52)	38.893	-
Cotas de fundos de investimentos (3)	6.716.922	-	-	6.716.922	6.716.922	-	6.674.101	-
Total geral	6.716.922	3.965	21.915	6.742.802	6.742.854	(52)	6.712.994	-

(1) No encerramento do período a Instituição possuía R\$ 6.716.922 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 6.674.101 mil), aplicados em fundos destinados a integrantes da Organização;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Aplicações incluem cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados substancialmente em renda variável.

Notas Explicativas

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Títulos de renda fixa	24.984	22.302
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5b)	6	14
Total	24.990	22.316

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo de três meses em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Arrendamentos financeiros a receber	1.870.829	1.891.657
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(1.851.895)	(1.880.536)
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7k)	5.221.355	5.162.935
Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros (Nota 7k)	(1.584.927)	(1.545.439)
- Depreciações acumuladas	(2.398.420)	(2.353.481)
- Superveniência de depreciação	813.493	808.042
Valor residual garantido antecipado	(1.162.127)	(1.141.285)
Total do valor presente (1)	2.493.235	2.487.332

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 2.476.295 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 2.486.321 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

Notas Explicativas
c) Modalidades e prazos

	R\$ mil									
	Curso normal									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 Dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de março de 2021 (A)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020 (A)	% (1)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	86.542	91.098	78.480	240.600	445.749	1.528.670	2.471.139	99,1	2.454.732	98,7
Total em 31 de março 2021	86.542	91.098	78.480	240.600	445.749	1.528.670	2.471.139	99,1		
Total em 31 de dezembro 2020	88.997	96.028	82.667	231.298	425.772	1.529.970			2.454.732	98,7

	R\$ mil									
	Curso anormal									
	Parcelas vencidas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Total em 31 de março de 2021 (B)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020 (B)	% (1)	
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	717	636	441	730	606	3.130	0,1	3.783	0,1	
Total em 31 de março 2021	717	636	441	730	606	3.130	0,1			
Total em 31 de dezembro 2020	1.107	628	905	685	458			3.783	0,1	

	R\$ mil									
	Curso anormal									
	Parcelas vincendas									
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31 de março de 2021 (C)	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020 (C)	% (1)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	719	712	687	1.990	3.771	11.087	18.966	0,8	28.817	1,2
Total em 31 de março 2021	719	712	687	1.990	3.771	11.087	18.966	0,8		
Total em 31 de dezembro 2020	1.105	1.087	1.021	3.024	7.131	15.449			28.817	1,2

(1) Em relação ao total da carteira.

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	Total em 31 de março de 2021 (A+B+C)	Total em 31 de dezembro de 2020 (A+B+C)
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	2.493.235	2.487.332
Total em 31 de março 2021	2.493.235	
Total em 31 de dezembro 2020		2.487.332

d) Modalidades e níveis de risco

	R\$ mil												
	Nível de Risco									Total em 31 de março de 2021	%	Total em 31 de dezembro de 2020	%
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H				
Operações de arrendamento mercantil (valor presente)	52.281	910.346	1.431.163	32.347	14.179	7.147	2.131	17.980	25.661	2.493.235	100,0	2.487.332	100,0
Total em 31 de março 2021	52.281	910.346	1.431.163	32.347	14.179	7.147	2.131	17.980	25.661	2.493.235			
%	2,1	36,5	57,4	1,3	0,6	0,3	0,1	0,7	1,0		100,0		
Total em 31 de dezembro 2020	398.189	850.756	1.142.606	22.352	15.060	6.804	4.811	16.020	30.734			2.487.332	
%	16,0	34,2	45,9	0,9	0,6	0,3	0,2	0,7	1,2				100,0

Notas Explicativas

e) Composição das operações de crédito por nível de risco e situação de atraso

I) Níveis de Risco

	R\$ mil												
	Níveis de risco												
	Operações em curso anormal (3)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31 de março de 2021	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020	% (1)
Parcelas vincendas	-	-	76	4.133	1.360	3.376	1.665	1.978	6.378	18.966	100,0	28.817	100,0
1 a 30	-	-	3	149	60	130	100	80	197	719	3,8	1.105	3,8
31 a 60	-	-	3	148	59	129	99	79	195	712	3,8	1.087	3,8
61 a 90	-	-	3	147	46	123	98	77	193	687	3,6	1.021	3,5
91 a 180	-	-	7	435	135	361	262	226	564	1.990	10,5	3.024	10,5
181 a 360	-	-	14	724	255	625	494	428	1.231	3.771	19,9	7.131	24,8
Acima de 360	-	-	46	2.530	805	2.008	612	1.088	3.998	11.087	58,4	15.449	53,6
Parcelas vencidas (2)	-	-	3	259	174	426	236	446	1.586	3.130	100,0	3.783	100,0
1 a 14	-	-	-	72	43	107	-	30	94	346	11,0	377	10,0
15 a 30	-	-	3	74	17	25	102	50	100	371	11,9	730	19,3
31 a 60	-	-	-	82	60	121	103	79	191	636	20,3	628	16,6
61 a 90	-	-	-	16	54	112	10	79	170	441	14,1	905	23,9
91 a 180	-	-	-	15	-	41	21	208	445	730	23,3	685	18,1
181 a 360	-	-	-	-	-	20	-	-	586	606	19,4	458	12,1
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	79	4.392	1.534	3.802	1.901	2.424	7.964	22.096		32.600	
Provisão específica	-	-	1	132	153	1.141	950	1.695	7.964	12.036		13.661	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela;

(2) Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99;

(3) Para as operações com parcelas vencidas há mais de 14 dias ou empresas que apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Notas Explicativas

	R\$ mil												
	Níveis de Risco												
	Operações em curso normal (2)												
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31 de março de 2021	% (1)	Total em 31 de dezembro de 2020	% (1)
Parcelas Vincendas	52.281	910.345	1.430.994	27.955	12.543	3.339	230	15.546	17.635	2.470.868	100,0	2.453.613	100,0
1 a 30	2.536	22.441	59.168	585	522	183	55	154	627	86.271	3,5	87.878	3,3
31 a 60	2.311	31.183	55.456	552	555	174	54	201	612	91.098	3,7	96.028	4,7
61 a 90	2.050	15.648	58.613	558	537	171	53	201	649	78.480	3,2	82.667	3,3
91 a 180	6.611	63.262	163.379	2.800	1.688	467	68	538	1.787	240.600	9,7	231.298	9,6
181 a 360	9.826	121.404	301.636	5.129	2.817	837	-	701	3.399	445.749	18,0	425.772	16,3
Acima de 360	28.947	656.407	792.742	18.331	6.424	1.507	-	13.751	10.561	1.528.670	61,9	1.529.970	62,8
Vencidas até 14 dias	-	1	90	-	102	6	-	10	62	271	-	1.119	-
Subtotal	52.281	910.346	1.431.084	27.955	12.645	3.345	230	15.556	17.697	2.471.139	100,0	2.454.732	100,0
Provisão genérica	-	4.552	14.311	839	1.265	1.004	115	10.889	17.697	50.672		50.590	
Total geral em 31 de março de 2021	52.281	910.346	1.431.163	32.347	14.179	7.147	2.131	17.980	25.661	2.493.235			
Provisão existente	-	4.568	14.312	971	1.418	2.145	1.065	12.584	25.661	62.724			
Provisão mínima requerida	-	4.552	14.312	971	1.418	2.145	1.065	12.584	25.661	62.708			
Provisão complementar	-	16	-	-	-	-	-	-	-	16			
Total geral em 31 de dezembro de 2020	398.189	850.756	1.142.606	22.352	15.060	6.804	4.811	16.020	30.734			2.487.332	
Provisão existente	-	4.562	11.485	689	1.616	2.091	2.405	11.214	30.734			64.796	
Provisão mínima requerida	-	4.254	11.426	670	1.507	2.041	2.405	11.214	30.734			64.251	
Provisão complementar	-	308	59	19	109	50	-	-	-			545	

(1) Relação entre prazos de vencimento e tipo de parcela; e

(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apresentem eventos falimentares, recuperação judicial e reestruturação de dívidas.

Notas Explicativas
II) Operação

Exposição – Arrendamento Mercantil	R\$ mil							
	Operação							
	Em dia	Atraso de 0 a 14 dias	Atraso de 15 a 60 dias	Atraso de 61 a 90 dias	Atraso de 91 a 180 dias	Atraso de 181 a 360 dias	Atraso acima de 360 dias	Total
Total em 31 de março de 2021	2.463.648	6.838	8.274	5.587	4.068	4.820	-	2.493.235
Total em 31 de dezembro de 2020	2.395.222	57.912	21.255	6.292	2.123	4.528	-	2.487.332

Notas Explicativas**f) Concentração das operações de arrendamento mercantil**

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2021	% (1)	Em 31 de dezembro de 2020	% (1)
Maior devedor	206.194	8,3	212.105	8,5
Dez maiores devedores	956.545	38,4	931.586	37,5
Vinte maiores devedores	1.212.332	48,6	1.184.630	47,6
Cinquenta maiores devedores	1.579.770	63,4	1.542.643	62,0
Cem maiores devedores	1.892.352	75,9	1.850.098	74,4

(1) Em relação ao total da carteira – critério Bacen.

g) Setor de atividade econômica

	R\$ mil			
	Em 31 de março de 2021	%	Em 31 de dezembro de 2020	%
Setor privado	2.493.235	100,0	2.487.332	100,0
Pessoa jurídica	2.423.372	97,2	2.416.358	97,1
Varejo	622.577	25,0	564.119	22,7
Transportes e Concessão	348.287	14,0	376.954	15,2
Serviços Diversos	315.982	12,5	245.679	9,9
Holding	221.598	8,9	229.300	9,2
Atacado	201.414	8,1	188.077	7,6
Atividades Imobiliárias e Construção	124.121	5,0	140.885	5,7
Alimentícia	50.111	2,0	24.559	1,0
Química	49.331	2,0	55.799	2,2
Lazer e turismo	48.102	1,9	50.255	2,0
Automobilística	38.657	1,6	41.243	1,7
Financeiro	31.402	1,3	4.641	0,2
Siderurgia e Metalurgia	28.471	1,1	30.814	1,2
Energia Elétrica	21.409	0,9	30.228	1,2
Têxtil	10.379	0,4	11.876	0,5
Bens de Capital	6.452	0,3	7.808	0,3
Açúcar e Alcool	5.547	0,2	6.061	0,2
Petróleo e Petroquímico	3.701	0,1	3.919	0,2
Papel e Celulose	1.964	0,1	2.224	0,1
Cooperativa	1.411	0,1	2.083	0,1
Agricultura	1.136	-	2.049	0,1
Demais Setores	291.320	11,7	397.785	15,8
Pessoa física	69.863	2,8	70.974	2,9
Total	2.493.235	100,0	2.487.332	100,0

Notas Explicativas**h) Movimentação da carteira de renegociação**

	R\$ mil	
	2021	2020
Saldo inicial em 1º de janeiro	63.918	103.694
Renegociação	2.402	54.204
Recebimentos	(7.709)	(11.496)
Baixas	(1.897)	(751)
Saldo final em 31 de março	56.714	145.651
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	29.514	123.869
Percentual sobre a carteira de renegociação	52,0%	85,0%

i) Resultado das operações de arrendamento mercantil

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Receitas de arrendamento mercantil	268.721	310.971
Despesas de arrendamento mercantil	(227.203)	(254.054)
Depreciações	(201.655)	(220.021)
Insuficiência de depreciação	(5.546)	-
Amortização	(16.263)	(23.931)
Valor residual garantido antecipado	(2.207)	(5.412)
Outras	(1.532)	(4.690)
Total	41.518	56.917

Notas Explicativas

j) Provisão para perdas esperadas, movimentação da provisão e despesa de PDD líquida

I) Composição – Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Nível de risco	R\$ mil									
	Provisão									
	% Mínimo de Provisionamento requerido	Mínima requerida					Complementar	Existente	% Acumulado em 31 de março de 2021 (1)	% Acumulado em 31 de dezembro de 2020 (1)
		Específica			Genérica	Total				
Vencidas	Vincendas	Total específica								
AA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	-	-	-	4.552	4.552	16	4.568	7,3	7,0
B	1,0	-	1	1	14.311	14.312	-	14.312	22,8	17,7
C	3,0	8	124	132	839	971	-	971	1,6	1,1
Subtotal		8	125	133	19.702	19.835	16	19.851	31,7	25,8
D	10,0	17	136	153	1.265	1.418	-	1.418	2,3	2,5
E	30,0	128	1.013	1.141	1.004	2.145	-	2.145	3,4	3,2
F	50,0	118	832	950	115	1.065	-	1.065	1,7	3,7
G	70,0	311	1.384	1.695	10.889	12.584	-	12.584	20	17,3
H	100,0	1.586	6.378	7.964	17.697	25.661	-	25.661	40,9	47,5
Subtotal		2.160	9.743	11.903	30.970	42.873	-	42.873	68,3	74,2
Total geral em 31 de março de 2021		2.168	9.868	12.036	50.672	62.708	16	62.724		
%		3,5	15,7	19,2	80,8	100,0	-		100,0	
Total geral em 31 de dezembro de 2020		2.428	11.233	13.661	50.590	64.251	545	64.796		
%		3,8	17,3	21,1	78,1	99,2	0,8			100,0

(1) Relação entre provisão existente e carteira, por nível de risco.

Notas Explicativas

II) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	R\$ mil	
	2021	2020
- Provisão específica (1)	13.661	113.055
- Provisão genérica (2)	50.590	44.392
- Provisão complementar (3)	545	1.001
Saldo inicial em 1º de janeiro	64.796	158.448
(Reversão)/Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.379)	(9.534)
Baixas	(693)	(2.383)
Saldo final em 31 de março (Nota 7j I)	62.724	146.531
- Provisão específica (1)	12.036	99.493
- Provisão genérica (2)	50.672	46.052
- Provisão complementar (3)	16	986

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) A provisão complementar é constituída considerando o nosso modelo de provisionamento, que é baseado em modelos estatísticos que capturam informações históricas e prospectivas, e na experiência da Administração, de modo a refletir a nossa expectativa de perdas em diferentes cenários econômicos (positivo, esperado e adverso).

III) Recuperações

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	2.600	12.041

(1) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

k) Imobilizado de arrendamento (1)

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Aeronaves	1.770.851	1.725.085
Máquinas e equipamentos	1.614.174	1.567.282
Veículos e afins	1.227.325	1.236.437
Outros	230.535	236.197
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquidas) (Nota 3e – iv)	378.470	397.934
Total de bens arrendados (Nota 7b)	5.221.355	5.162.935
Depreciação acumulada de bens arrendados	(2.398.420)	(2.353.481)
Superveniência de depreciação (Nota 3e – v)	813.493	808.042
Total da depreciação acumulada (Nota 7b)	(1.584.927)	(1.545.439)
Imobilizado de arrendamento	3.636.428	3.617.496

(1) A Bradesco Leasing apurou no período, superveniência de depreciação no montante de R\$ 5.452 mil (Em março de 2020 – R\$ 50.343 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 49 mil (Em março de 2020 – R\$ 16 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 5.403 mil (Em março de 2020 – R\$ 50.359 mil) em resultado do período.

Notas Explicativas

8) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de “Investimentos em Coligadas”:

R\$ mil									
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado ajustado acumulado em 31 de março	
						Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	2021	2020
Serel Participações em Imóveis S.A (1)	610.000	2.288.050	257	1,7807%	7.150	40.743	40.614	127	264
Aquarius Holdings Ltda (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Total						40.743	40.614	127	268

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de Administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores;

(2) Em 30 de abril de 2020 houve baixa do investimento da Aquarius Holdings Ltda. mediante devolução em caixa do investimento.

Notas Explicativas

9) IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil				
	Taxa anual	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Imóveis de uso:					
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.730	(22.367)	363	367
Total em 31 de março de 2021		25.444	(22.367)	3.077	
Total em 31 de dezembro de 2020		25.444	(22.363)		3.081

10) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Tributos antecipados	453.474	456.395
Devedores por depósitos em garantia	341.600	341.095
Outros	24.300	26.134
Total	819.374	823.624

11) DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Recursos de instituições financeiras

I) Obrigações por repasses

	R\$ mil							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
							Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
- FINAME	31	31	31	81	-	-	174	263
Total em 31 de março de 2021	31	31	31	81	-	-	174	
%	18,0	18,0	18,0	46,0	-	-	100,0	
Total em 31 de dezembro de 2020	31	60	-	92	80	-		263
%	11,8	22,8	-	35,0	30,4	-		100,0

II) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no período somou R\$ 3 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 14 mil).

Notas Explicativas

b) Recurso de emissão de títulos – Debêntures

I) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos “Certificados de depósitos interfinanceiros”, conforme segue:

R\$ mil					
Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Fevereiro/2005	4.000.000	2025	100% CDI	35.835	35.663
Fevereiro/2005	4.050.000	2025	100% CDI	2.868.904	2.855.115
Fevereiro/2005	8.775.000	2025	100% CDI	1.309.555	1.303.261
Janeiro/2008	6.750.000	2028	100% CDI	173.344	172.511
Junho/2011	4.750.000	2026	100% CDI	843.632	839.577
Junho/2011	4.750.000	2021	100% CDI	980.127	975.417
Total	33.075.000			6.211.397	6.181.544

II) Repactuação de debêntures

Durante o período findo de três meses em 31 de março de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve repactuação de debêntures.

III) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no período somou R\$ 34.573 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 65.680 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões de contingências passivas classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Notas Explicativas

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. A maioria dessas ações envolve Juizado Especial Cível (JEC), no qual os pedidos estão limitados em 40 salários mínimos.

II - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é:

IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito – R\$ 27.564 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 27.505 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Notas Explicativas

III - Movimentação das provisões – Despesas de provisões

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2020	118.085	46.666
Atualização monetária	1.652	101
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	3.197	-
Pagamentos	(2.508)	-
Saldo em 31 de março de 2021	120.426	46.767

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de março de 2021, R\$ 52.316 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 49.821 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.674.612 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 1.605.469 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

a) ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.339.644 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 1.290.572 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por outros municípios que não aqueles onde as empresas estão instaladas, para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; e

b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o transito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 129.380 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 129.096 mil).

13) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Fiscais e previdenciárias	53.453	61.939
Sociais e estatutárias	25.019	21.862
Credores Diversos	12.259	16.298
Outros	11.120	10.249
Total	101.851	110.348

Notas Explicativas

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (Em dezembro de 2020 – R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 (Em dezembro de 2020 – 23.585) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de Lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Reservas de lucros	1.170.988	1.160.851
Reserva Legal (1)	294.321	293.657
Reservas Estatutárias (2)	876.667	867.194

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos ao período findo em 31 de março, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	13.295	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(664)	
Base de cálculo	12.631	
Dividendos propostos em 31 de março de 2021	3.158	25,0
Dividendos propostos em 31 de março de 2020	3.195	25,0

(1) Percentual dos dividendos em relação a base de cálculo;

d) Lucro por Ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de ações.

Notas Explicativas**15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Jurídicas processuais	1.854	1.560
Serviços técnicos especializados	562	1.456
Serviços do Sistema Financeiro	203	221
Propaganda, promoção e publicidade	180	317
Outros	230	327
Total	3.029	3.881

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	7.670	8.107
Contribuição à Cofins	1.307	1.160
Contribuição ao PIS	212	188
Outras	144	127
Total	9.333	9.582

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Atualização monetária sobre depósito vinculado	2.749	3.673
Variação monetária ativa	1.568	3.768
Rendas de outros serviços	270	568
Outras	246	159
Total	4.833	8.168

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Outras provisões	929	53
Descontos concedidos	57	369
Total	986	422

Notas Explicativas

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
	Prejuízo na alienação de outros valores e bens	(101)
Reversão/(Provisão) para desvalorização de outros valores e bens	(529)	4.620
Receita de aluguel (Nota 20a)	134	27
Total	(496)	(4.486)

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRETAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN e a Deliberação da CVM nº 642/10, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no *site* de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	Em 31 de março - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de março de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Ativos				
Disponibilidades (Nota 4)	9.044	7.774	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 5a)	1.336	1.330	-	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 6a)	6.716.922	6.674.101	-	-
Operações de arrendamento mercantil	-	-	81	220
Dividendos a receber	-	-	7	7
Passivos				
Recursos de debêntures (Nota 11)	6.211.397	6.181.544	-	-
Dividendos a pagar	3.158	21.862	-	-

	Acumulado em 31 de março - R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	2021	2020	2021	2020
Receitas de intermediação financeira	25.612	52.087	-	-
Despesas de intermediação financeira	(29.853)	(61.053)	-	-
Receita de aluguel (Nota 19)	127	21	7	6
Despesa de comunicação	(23)	(21)	-	-
Despesa de comissões e taxas pagas	(48)	(24)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

Notas Explicativas

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos funcionários e administradores da Organização.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Instituição, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador direto, em consonância com a prática da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	22.077	22.250
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3g)	(8.831)	(8.900)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas	51	107
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(8)	(6)
Outros valores	6	-
Imposto de renda e contribuição social do período	(8.782)	(8.799)

Notas Explicativas

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil	
	Acumulado em 31 de março	
	2021	2020
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(7.696)	(1.487)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	(330)	(17.418)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(756)	-
Constituição no período sobre:		
Prejuízo fiscal	-	10.106
Total dos impostos diferidos	(1.086)	(7.312)
Imposto de renda e contribuição social do período	(8.782)	(8.799)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização / Baixa	Saldo em 31 de março de 2021
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	112.205	-	(551)	111.654
Provisões cíveis	47.234	936	-	48.170
Provisões fiscais	8.373	41	-	8.414
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	662	-	-	662
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.459	524	(593)	4.390
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	21	21	(21)	21
Outros	30.402	1.869	(94)	32.177
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	203.356	3.391	(1.259)	205.488
Base negativa de contribuição social	756	-	(756)	-
Total dos créditos tributários (Nota 3g)	204.112	3.391	(2.015)	205.488
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21e)	286.130	2.462	-	288.592
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	(82.018)	929	(2.015)	(83.104)

Notas Explicativas

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2021	20.381	12.229	32.610
2022	21.235	12.741	33.976
2023	47.195	28.317	75.512
2024	16.907	10.144	27.051
2025	22.670	13.602	36.272
2026	42	25	67
Total	128.430	77.058	205.488

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de março de 2021, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 193.651 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 195.867 mil), sendo: R\$ 193.651 mil (Em dezembro de 2020 - R\$ 195.115 mil) de diferenças temporárias e (Em dezembro de 2020 - R\$ 752 mil) de base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Constituição	Realização /Baixas	Saldo em 31 de março de 2021
Superveniência de depreciação	202.010	1.363	-	203.373
Atualização de depósitos judiciais	84.120	1.099	-	85.219
Total dos impostos diferidos (Nota 21c)	286.130	2.462	-	288.592

22) GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

b) A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

Notas Explicativas

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Risco de Mercado

Análise de Sensibilidade – Instrução CVM Nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira Trading, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos hedges.

Notas Explicativas

		Carteira Banking (1)					
		Em 31 de março					
		2021			2020		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(67)	(10.425)	(20.357)	(116)	(13.668)	(26.303)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços	(15)	(1.385)	(2.644)	(24)	(2.340)	(4.422)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	(19)	(37)	-	(18)	(35)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(374)	(9.342)	(18.685)	(134)	(3.350)	(6.701)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(1.413)	(35.333)	(70.666)	(475)	(11.865)	(23.730)
Soberanos/ Eurobonds e Treasuries	Exposições sujeitas à variação de taxas juros de papéis negociados no mercado internacional	(5)	(309)	(566)	(6)	(130)	(252)
Total sem correlação		(1.875)	(56.813)	(112.955)	(755)	(31.371)	(61.443)
Total com correlação		(1.636)	(46.006)	(91.686)	(498)	(11.333)	(22.361)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,63 foi utilizado um cenário de R\$ 5,69, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 5,10% foi aplicado um cenário de 5,11%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,63 foi utilizado um cenário de R\$ 7,04, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 5,10% foi utilizado um cenário de 6,37%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

Notas Explicativas

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,63 foi utilizado um cenário de R\$ 8,45, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 5,10% foi utilizado um cenário de 7,65%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Notas Explicativas

d) Apresentamos o balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	9.044	-	-	-	-	9.044
Instrumentos Financeiros	6.716.922	-	10.252	16.964	-	6.744.138
- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	1.336	-	1.336
- Títulos e valores mobiliários	6.716.922	-	10.252	15.628	-	6.742.802
Operações de Arrendamento Mercantil	87.978	415.374	450.126	1.539.757	-	2.493.235
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(4.194)	(9.439)	(10.215)	(38.876)	-	(62.724)
Créditos Tributários	-	21.741	19.362	164.385	-	205.488
Investimentos em Coligadas	-	-	-	-	40.743	40.743
Imobilizado de Uso	-	-	-	-	3.077	3.077
Outros Ativos	11.521	3.650	4.371	799.832	-	819.374
Total em 31 de março de 2021	6.821.271	431.326	473.896	2.482.062	43.820	10.252.375
Total em 31 de dezembro de 2020	6.677.272	442.369	443.324	2.609.405	43.695	10.216.065
Passivo						
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	31	980.270	-	5.231.270	-	6.211.571
- Recursos de instituições financeiras	31	143	-	-	-	174
- Recursos de emissão de títulos	-	980.127	-	5.231.270	-	6.211.397
Provisões	-	-	-	167.193	-	167.193
Impostos Diferidos	-	-	-	288.592	-	288.592
Outros Passivos	67.013	-	25.078	9.760	-	101.851
Patrimônio Líquido						
Capital Social	-	-	-	-	2.312.267	2.312.267
Reservas de Lucros	-	-	-	-	1.170.988	1.170.988
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(87)	(87)
Total do Patrimônio Líquido	-	-	-	-	3.483.168	3.483.168
Total em 31 de março de 2021	67.044	980.270	25.078	5.696.815	3.483.168	10.252.375
Total em 31 de dezembro de 2020	79.446	975.810	21.942	5.665.838	3.473.029	10.216.065

Notas Explicativas

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil até março de 2021 foi de R\$ 13.295 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente até março de 2021.

Nosso resultado contábil até março de 2020 foi de R\$ 13.451 mil, sendo resultado recorrente. Não houve resultado não recorrente até março de 2020.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de março de 2021, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 – R1);
- Resolução nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual Básico (R1);
- Resolução nº 4.424/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 – R1);
- Resolução nº 4.636/18 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 – R1);
- Resolução nº 4.720/19 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 – R2); e
- Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do Valor Justo (CPC 46).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de março de 2021.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luiz Carlos Trabucco Cappi

Vice-Presidente

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Membros

Milton Matsumoto

Alexandre da Silva Glüher

Maurício Machado de Minas

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Octavio de Lazari Junior

Diretores Vice-Presidentes

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurico Ramos Fabri

Rogério Pedro Câmara

Diretor Gerente

Moacir Nachbar Junior

Diretores Adjuntos

José Ramos Rocha Neto

Leandro de Miranda Araujo

Antonio José da Barbara

Oswaldo Tadeu Fernandes

Diretores

Leandro José Diniz

José Gomes Fernandes

Renata Geiser Mantarro

Diretor de Relações com Investidores

Leandro de Miranda Araujo

Silvio José Alves
Contador – CRC 1SP202567/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Conselheiros e Administradores da
Bradesco Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil
Osasco - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Bradesco Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil (“Bradesco Leasing”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Bradesco Leasing é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Bradesco Leasing, cuja apresentação não é requerida para fins das práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 12 de maio de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Octavio de Lazari Junior, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2021, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 04 de maio de 2021.

Octavio de Lazari Junior
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, André Rodrigues Cano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2021, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 04 de maio de 2021.

André Rodrigues Cano
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Octavio de Lazari Junior, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2021, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 04 de maio de 2021.

Octavio de Lazari Junior
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, André Rodrigues Cano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 31 de março de 2021, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 04 de maio de 2021.

André Rodrigues Cano
Diretor Vice-Presidente